BOLETIM CGE

CGE
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO
GOIÁS

Edição nº 14 | Ano 2 | Junho de 2022

Acompanhe a CGE nas redes:

Divulgados os vencedores do projeto Embaixadores da Cidadania 2022

Trezeiro eleito dos Embaixadores da Cidadania ganha com 49 votos positivos. Os 10 primeiros colocados receberam mais horas-voo e cinco primeiros foram premiados com diárias, no valor de R$ 30 mil

O Governo de Goiás, por meio da Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE), entregou, na tarde deste 30 de abril, Marco Borges, do Palácio Pedro Ludovico Teixeira, as premiações do programa Embaixadores da Cidadania 2022. O evento contou com a participação de finalistas de vários municípios do Estado, do controlador-geral do Estado, Henrique Ziller, do presidente da Assembleia Legislativa de Goiás (ALEGO), Lucas Vera, do representante do Sindicato dos Servidores Governamentais do Estado de Goiás (sindgeo), da Universidade de Santa Catarina (UFSC), do Grupo Governo Ágil e da Organização Não-Governamental de Goiás (ONG).

Essa é a terceira edição do projeto Embaixadores da Cidadania, que contou com 48 projetos inscritos, sendo que os 10 primeiros colocados receberam horas-voo no valor de R$ 2 mil e cinco primeiros colocados, no valor total de R$ 30 mil. Nesta edição, foram inscritos 1,2 mil cidadãos, dos quais 850 foram aprovados e 365 concluíram o processo. Considerando os aprovados de 2020, 2021 e 2022, o Embaixadores envolveu diretamente, até hoje, 2.357 participantes inscritos de todo o Brasil e de quatro países de língua portuguesa, sendo 1.210 selecionados e 1.147 concluintes do primeiro fase, gerando 355 ações de impacto social.

A presença de Controle Social de Goiás foi destaque na premiação, ocorrida que o evento foi uma Jornada Cívica, que mostrou como governo e o cidadão podem gerar melhores dos resultados para sociedade. A primeira colocada foi Mariana Lume Ferreira Marmeda, da cidade de Goianésia-GO, com o projeto "Cidadania não tem idade – convergência não tem tamanho", que recebeu o cheque de R$ 10 mil, seguida por Lucas de Brum da Silva Pedreiro, de Santa Cruz de Goiás, em segundo lugar, que recebeu o cheque de R$ 7 mil com o projeto "Portal de Transparência nos bairros". Marcelo definiu o trabalho como a busca de consolidar cidadãos e cidadã, motivando a construção nas mais diferentes formas.

O controlador-geral, Henrique Ziller, agradeceu a participação de todos os cidadãos colaboradores e apoiadores do projeto, e principalmente, das centenas de pessoas que participaram dessa jornada cívica. Ziller disse a essa oportunidade também aos servidores dos trabalhos premiados e referiu-se ao apoio da CGE para os próximos desafios.

Segundo a autora da URG, Angela Lima, "essa iniciativa é muito marco para seus embaixadores. Essas vitórias vão fazer parte no tudo que vocês fizeram desempenhar daqui para frente". A autora disse do orgulho da UFSC participar do Embaixadores da Cidadania, que tem relação direta com o "Polícia ativa" e "Governo Ágil" e "Controle Social".

Ágora a programação teve apresentações pateiros sobre participação cidadã. O controlador-geral do Estado, Cindel Carvalho, falou sobre "Ouvidoria como fonte de participação" enquanto as servidoras da CGE, Cassiel Pereira e Ana Carolina Bueno apresentaram, respectivamente, as ações "Controle Social do Estado na fortalecimento da democracia" e "Cidadão protagonista – tanto para inspirar".

Confira os vencedores do Embaixadores da Cidadania 2022:

1º Lugar: Mariana Luine Ferreira Marmeda – "Cidadania não tem idade, Convergência não tem tamanho | Goianésia – GO"

2º Lugar: Lucas de Souza da Silva Pedreiro – "Portal de Transparência nos bairros | Santa Cruz de Goiás – GO"

3º Lugar: Ester A. Barbosa – "Jovens do Bem | Águas Lindas De Goiás – GO"

4º Lugar: Talita Tavares Abdala – "Cidadania Ativa | Itumbiara – GO"

5º Lugar: Beatriz Carla Oliveira Lima – "Sensação na Câmara Municipal de cidade | Morrinhos – GO"

6º Lugar: Clara Pereira de Pina – "A horta é agora | Anápolis – GO"

7º Lugar: Gustavo Fernandes de Castro – "Projeto Intando com campo | Goianésia – GO"

8º Lugar: Beatriz Ikeri Vat Otsubo – "É a vez do Jovem | Rio Verde – GO"

9º Lugar: Alessandra Pereira de Melo – "Leitura circular em direitos humanos! | Uruaçu – GO"

10º Lugar: Luciandle Rocha – "Trupe da Dora | Terra de santo: Jeitinho Brasileiro! | Valparaíso de Goiás – GO.

Trabalho vencedor do 1º Concurso de Artigos Científicos da CGE Goiás é publicado na Revista Contabilidade & Inovação, da UFG

1º Concurso de
Artigos Científicos da CGE Goiás

ARTIGO VENCEDOR DO 1º CONCURSO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS DA CGE GOIÁS É PUBLICADO NA REVISTA CONTABILIDADE & INOVAÇÃO, DA UFG

ACESSE EM
HTTPS://WWW.REVISTAFEA.ORG/SITE/CONTENT/INDEX

REVISTA CONTABILIDADE & INOVAÇÃO

A evolução comparativa da evolução dos restos a pagar antes e durante a evolução da COVID-19 no estado do caso no país (Brasil)

A comparação da evolução do montante de restos a pagar antes e durante a evolução da COVID-19 no estado do caso no país (Brasil) pode ser feita de acordo com os gráficos abaixo.

CGE
GOVERNO ÁGIL
GOIÁS

O artigo vencedor do 1º Concurso de Artigos Científicos realizado pela Controladoria-Geral do Estado (CGE) em dezembro de 2021, e que premiou trabalhos com temáticas voltadas ao controle, foi publicado pela Revista Contabilidade & Inovação, da Universidade Federal de Goiás.

Com o tema "Análise comparativa da evolução dos restos a pagar antes e durante a evolução da COVID-19 estudo de caso em um dado período no país", o artigo está disponível para leitura no endereço: https://doi.org/10.5216/rci.v17i1.70.

CGE-GO participa de painel na VI Semana de Controle da CGDF

Entre os dias 20 e 22/6, foi realizada a VI Semana de Controle da Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF). O evento foi presencial e também transmitido pelo canal TV Controladoria DF, no YouTube. A Controlador-Geral do Estado de Goiás fez parte da programação, por meio do superintendente de Controle Administrativo do órgão, Bruno Mendes Diun, que foi representado pelo painel "A urgência de uma correção digital e integrada" – um dos quatro que compõem a Semana, além de uma palestra e quatro oficinas de capacitação.

A coordenação da CGE-GO junto a Semana foi voltada a apresentação do Sistema de Controle de Processos Administrativos Correcionais – SISPAC, bem como dos módulos de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e de Sindicância. Bruno Mendes destacou as ações para a área de correção com o uso de ferramenta, já utilizada por todos os órgãos e entidades do Poder Executivo goiano.

Segundo ele, aplicação de atividades correcionais se valem das ferramentas informatizadas, que proporcionam maior celeridade, segurança, gestão de riscos, minimizar os riscos inerentes às atividades.

Este ano, o tema "Controle + tecnologia + inovação + ações que leve a um serviço público" abriu o debate sobre o que já ocorre nos estados e municípios, além de trazer a responsabilidade administrativa de pessoas jurídicas, nos termos da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), que dá o artigo 18 ao artigo 21 do estatuto, ministrado por Thiago Chaves, especialista em Direito Compliance (DTS) com Certificação Profissional em Compliance Empresarial Anticorrupção (CPCA) pela LECIGOV e compliance público (CPC-P) pela Cedin e membro da comissão de Compliance e Governança da CAB/MS 2022-2024.

A integra do texto pode ser lida no site da Revista Consultor Jurídico.

Evento, que ocorreu entre os dias 20 e 22/6, em Brasília, contou com a exposição de superintendente de Controle Administrativo do órgão, Bruno Mendes Diun, que ministrou "A urgência de uma correção digital e integrada"

Gestora da CGE Goiás é destaque na revista consultor Jurídico

"Importância do sistema de compliance nos entes públicos"

Artigo de gestora da **CGE Goiás** é destaque da revista Consultor Jurídico

consultor jurídico

CGE
GOVERNO ÁGIL
GOIÁS

A gestora governamental da CGE Goiás, Alessandra Sousa Rodrigues, publicou artigo na Revista Consultor Jurídico, sobre a importância do sistema de Compliance e Gestão de Riscos na Escola de Governo na Elaboração de Ministérios Públicos e na Escola Superior do Tribunal de Contas dos Municípios, escrevo artigo intitulado "Importância do sistema de compliance nos entes públicos".

O artigo versa sobre a necessidade de criação de uma estrutura de informatização e integridade nos entes públicos após a aprovação da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), que dá a responsabilidade administrativa de pessoas jurídicas, nos termos da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), que dá o artigo 18 ao artigo 21 do estatuto, ministrado por Thiago Chaves, especialista em Direito Compliance (DTS) com Certificação Profissional em Compliance Empresarial Anticorrupção (CPCA) pela LECIGOV e compliance público (CPC-P) pela Cedin e membro da comissão de Compliance e Governança da CAB/MS 2022-2024.

O grupo é elaborou o regimento interno e o plano de trabalho com o objetivo de estabelecer, desenvolver e implementar ações em prol da valorização da mulher e diversidade na CGE. Então sendo pensadas palestras, estudos e pesquisas sobre problemas relacionados a questões da mulher e da diversidade.

Autoavaliação em Auditoria Interna é apresentada às equipes da CGE Goiás

Em junho, a autoavaliação do nível de capacidade da Auditoria Interna da CGE, com base no Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM), foi apresentada aos servidores que a ela se equipam do Departamento de Controle Interno, Superintendência de Controle Administrativo e Superintendência de Desenvolvimento de Pessoas.

Na apresentação, foram elencadas as ações necessárias e necessárias para surgir lacunas e aprimorar oportunidades de melhoria, de modo a assegurar a prioritização de ações estruturantes da função de Auditoria Interna.

A autoavaliação da CGE foi realizada em mais de dez dias e mostrou a evolução nos níveis 2 e 3, o que coloca a Controladoria Geral como entre os mais avançados no Brasil. Agora, a autoavaliação da CGE será submetida à avaliação externa, que será realizada por um grupo de avaliação junto ao Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci).

O IA-CM foi desenvolvido em 2009 pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA), sob coordenação do The Institute of Internal Auditors Foundation Research (IIARF) e apoio do Banco Mundial. Esse modelo possibilita, em qualquer organização, a identificação das capacidades necessárias para uma auditoria interna eficaz e mais sólida, fornecendo um plano sequencial, lógico e evolutivo para o seu desenvolvimento, em alinhamento às necessidades da organização e aos padrões profissionais aplicáveis à atividade de auditoria interna.

O modelo IA-CM estabelece um roteiro para o desenvolvimento em cinco níveis de maturidade, totalizando 41 macroprocessos chaves, no IGHs. Para cada IGHs são definidos objetivos, atividades essenciais, produtos, resultados e práticas institucionalizadas. **Parabéns a todos na CGE, que contribuíram para os últimos resultados alcançados!**

Autoavaliação da CGE, realizada em mais dois anos, mostrou a evolução dos níveis 2 e 3 e coloca a Controladoria Geral entre os mais avançados no País. Resultados foram apresentados a servidores do controle geral, Henrique Ziller

Periódico acadêmico publica artigos de servidores da CGE-GO

Artigos da CGE Goiás são destaque da revista Parlamento e Sociedade

CGE
GOVERNO ÁGIL
GOIÁS

Os artigos "Aprendizado em valores: a construção da cultura ética dos servidores públicos do Estado de Goiás", de Henrique Ziller, Cindel Carvalho e Tiago Vilela de Melo e "Cidadania Digital: Avaliando Duas Políticas de Educação Cívica em Goiás", de Maria Secretes e Marcos Lyra, foram publicados na Revista Parlamento e Sociedade.

A revista trata sobre temáticas e casos como "Políticas Públicas e Poder Legislativo" e publica artigos de pesquisadores e pesquisadoras de áreas diversificadas das Ciências Humanas.

Para acessar a íntegra dos artigos clique nos links abaixo:

Aprendizado em valores: a construção da cultura ética dos servidores públicos do Estado de Goiás

Cidadania Digital: Avaliando Duas Políticas de Educação Cívica em Goiás.

Comitê da Mulher e da Diversidade da CGE utiliza pesquisa para nortear atividades

A Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE) instituiu em fevereiro de 2022 o Comitê Permanente para Questões da Mulher e da Diversidade (CPMD). Desde então, o grupo tem se reunido com regularidade e implementado ações como a palestra "Mulheres Que Inspiram", realizada no último mês, com o tema "Ser mãe também é trabalho" e a Roda de Conversa e a psicóloga Camila Vidal, sobre a "Violência de Importância".

Até o dia 4/7 o comitê promoverá a realização de uma pesquisa junto aos servidores da CGE, visando conhecer melhor como as pessoas entendem o universo dos direitos e discriminações que sofrem as mulheres e outras minorias no local de trabalho. Os dados desse estudo permitirão que o CPMD/CGE possa traçar planos de combate ao preconceito estrutural.

A criação do comitê ocorreu o Decreto nº 9.253, de 23 de junho de 2021, que dispõe sobre a instituição/atribuições dentro controle no âmbito do Poder Executivo Estadual. O coordenador-geral, Henrique Ziller, instituiu o organismo e designou como participantes os servidores Stella Maria Franco Gonçalves, Marjorie Lyra, Valeria Almeida, Lucineze Batista, Ana Carolina Bueno, Cláudia Faria, Elisabete Ribeiro e Alessandra Lessa.

Comitê que conhecer melhor os anseios dos servidores e se tornar instância de participação e representatividade

A Diversidade da CGE utiliza pesquisa para nortear atividades

Celso Assis é jornalista, assessor de comunicação da Controladoria-Geral do Estado de Goiás, Bruno Pica é advogado, Hefa de Gabarone da Controladoria Geral do Estado de Goiás

LAI e LGPD: um conflito que não existe

Por Bruna Pita e Celso Assis

Uma confusão para sobre os conceitos, gestores públicos, jornalistas e pesquisadores. Lei de Acesso à Informação (LAI) e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) são conflitantes ou compatíveis? Pelo Brasil, as entregamos a resposta, por isso, não se deixe se confundir e prosseguir.

Em 2022, mais precisamente em 16 de maio, a LAI completou seus sete anos e trouxe consigo a ampliação de o princípio da publicidade e o sigilo à exceção.

Tal princípio legal é resultado do processo de amadurecimento da sociedade brasileira, que, ao longo dos 20 anos de ditadura civil-militar, tomou consciência de que, sem transparência, fortalecimento e aperfeiçoamento da democracia, nenhum país está a salvo de ser tomado pela máquina pública sob o Portal de Transparência, o Sistema de Ouvidoria Pública e o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). As três esferas (federal, estadual e municipal) devem ter meios de mecanismos bem calibrados para prestar contas a quem financia seu funcionamento, ela o pagador de tributos.

Pelo Portal de Transparência, é possível observar as despesas, as receitas, os convênios e repasses, o gasto com pessoal, o planejamento e orçamento, entre outras informações de interesse coletivo.

Pelo Sistema de Ouvidoria possível solicitar a prestação de serviço, reclamar de algo que a gestão pública deixou de fazer ou fez errado, denunciar a não prestação e o uso indevido de bens públicos, entre outros.

O Sistema de Informação ao Cidadão (SIC), bem como o Portal de Transparência, dá a qualquer pessoa física ou jurídica, pedir informações e dados, sem precisar justificar o porquê do seu pedido.

Ou seja, qualquer pessoa pode requerer informações e dados de interesse coletivo e interesse público.

Agora a artigo tem conflitado com a publicação pela LFPD.

O artigo está disponível para leitura no endereço: https://doi.org/10.5216/rci.v17i1.70.

EXPEDIENTE

Edição: Rodigo Nunes Leles
Textos: Comunicação Setorial da CGE
Identidade visual: Maria Luz Carvalho
Diagramação: Pedro Henrique Pereira